

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Dalila Maria Pedrini¹
Adriana Lucinda de Oliveira²

RESUMO: A Economia Solidária emerge como uma resposta à crise do mundo do trabalho e caracteriza-se pelo posicionamento dos/as trabalhadores/as e da sociedade civil organizada em contraposição aos reflexos trazidos pela acumulação flexível. Diferentes atores sociais integram essa proposta que se constitui por processos participativos e democráticos comprometidos com a emancipação social. Apresentamos a Economia Solidária no seu processo de constituição como política pública, como vetor de desenvolvimento solidário e sustentável e como estratégia de enfrentamento à pobreza, há medida que possibilita o empoderamento dos sujeitos e da sociedade civil. O estudo evidencia os atores, as possibilidades, os limites e os desafios desta rica experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Alternativa de Desenvolvimento.

O que é Economia Solidária

A Economia Solidária emerge no movimento da sociedade civil a partir de vários sujeitos e grupos, que ao longo da trajetória histórica, vêm tecendo não apenas uma alternativa de geração de trabalho e

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; foi professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB) até 2003; fundadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB); professora do curso: Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa da UFMG e Cáritas Brasileira; assessora do Programa Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira. E-mail: dalilapedrini@hotmail.com

² Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: adriana_ufmt@yahoo.com.br

renda para a classe trabalhadora, mas, principalmente relações econômicas, políticas e sociais pautadas na sustentabilidade social, econômica, política e cultural. Caracteriza-se em uma resposta à crise do mundo do trabalho, bem como um posicionamento dos/as trabalhadores/as e da sociedade civil organizada em contraposição aos reflexos trazidos pela acumulação flexível. Tem um passado ancorado na solidariedade popular e nas lutas de emancipação de vários grupos e povos de nossa história. No momento atual, ela é formada por diversos atores sociais que integram a proposta mediada por valores de cooperação, autogestão, sustentabilidade econômica e solidariedade.

As iniciativas solidárias emergem fortemente vinculadas aos espaços locais, recebendo destes a sua influência histórica, cultural, econômica e social. Possibilitam um maior envolvimento dos/as trabalhadores/as com a dinâmica local, com os espaços de debate público, de decisão e de organização social. Esse envolvimento fundamenta-se na perspectiva de construir relações democráticas, participativas e nos processos de politização que vão se constituindo.

Nesse sentido, a autogestão caracteriza-se em importante instrumento para o trabalho coletivo, não apenas para o processo de tomada de decisão, mas principalmente para o fortalecimento do sentimento de pertença de cada trabalhador/a no empreendimento solidário, através da transparência, da comunicação e da co-responsabilidade.

A perspectiva da Economia Solidária possibilita aos trabalhadores/as o enfrentamento da lógica de produção capitalista, da exploração e da exclusão mediante uma forma de organização na qual não há separação entre apropriação dos meios de produção e trabalho, portanto, se os produtores conhecerem todo o processo, além de produzirem e gerenciarem o seu trabalho, também poderão usufruir dos resultados alcançados.

Princípios da Economia Solidária.

Os/as trabalhadores/as, em parceria com as diferentes Entidades de Assessoria, Apoio e Fomento (EAFs)³ têm discutido e

³ "Organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento" (MTE/SENAES, 2006, p. 13).

sedimentado alguns princípios que fundamentam e dão significado à Economia Solidária, dentre os quais destacamos:

1) pauta-se pela propriedade coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, pela prática da autogestão, pela apreensão de todo o processo produtivo por todos/as os/as trabalhadores/as, pela valorização de cada pessoa, pela construção do coletivo, pelo compromisso com os/as outros/as trabalhadores/as e pelo enfrentamento das diferenciadas expressões da questão social;

2) está comprometida com a sustentabilidade social, ecológica, cultural e econômica; a sustentabilidade social refere-se ao caráter distributivo da riqueza produzida, evidenciando e valorizando o ser e não o ter; a sustentabilidade ecológica diz respeito à diminuição dos impactos entrópicos da ação humana, com vistas à garantia da vida planetária; a sustentabilidade cultural valoriza a diversidade dos costumes, valores e concepções enquanto fonte de riqueza e aprendizado; finalmente, a sustentabilidade econômica é defendida a partir de uma eficiente e equânime alocação e gestão dos recursos. Assim, pensar a sustentabilidade requer uma nova ética com a definição de conceitos de bem-estar material e espiritual, requer uma outra racionalidade focada na solidariedade, no respeito e na prudência ecológica;

3) caracteriza-se pela valorização do trabalho humano como fonte de fortalecimento dos vínculos sociais entre os/as participantes, desenvolvendo o potencial criativo, educacional e cultural de todas/os. Postula o questionamento do trabalho alienado, defendendo a dimensão socializadora, integradora e emancipatória do trabalho;

4) repensa o econômico com cunho social, reavaliando o impacto da economia na vida das pessoas e fortalecendo as políticas de enfrentamento à pobreza. Apresenta-se como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, e para a satisfação direta das necessidades de todas/os, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e sociais;

5) tem como premissa a politização de todas as dimensões da vida, compreende a importância da política para a democratização do saber, da propriedade, da tecnologia, da vida;

6) é um vetor do desenvolvimento sob bases sustentáveis, pois possibilita o empoderamento dos sujeitos, da sociedade civil, tem sua

gênese no território e enaltece valores como a autonomia, democracia e participação;

7) utiliza a articulação em rede como uma de suas estratégias, que se expressa em vários formatos: rede de colaboração solidária, rede de trocas, rede de ajuda mútua, rede de redes, rede de agências de fomento, rede de economia solidária. Essas redes expressam e buscam a articulação política e econômica, a comunicação, o intercâmbio e o fortalecimento dos os atores que são sujeitos na construção de uma “nova racionalidade”, de uma outra concepção de economia e de mercado. A participação nas redes é condicionada pelos seguintes critérios: que não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; que o princípio da prudência ecológica tenha sido incorporado e que a coordenação da rede seja autogestionária;

8) é um movimento que está em conexão com outras formas de luta (reforma agrária, segurança alimentar e nutricional, agroecologia) e com outros movimentos sociais (feministas, ecológicos, negros...), possibilitando a troca de experiências, a busca coletiva de alternativas e principalmente o enfrentamento a todas as formas de opressão;

Todas essas características constituem a proposta da Economia Solidária, cujo grande desafio está no desenvolvimento dessas práticas em uma realidade repleta da lógica capitalista. O movimento de resistência, por dentro, exige utopia, irreverência e fundamentalmente, atores que assumam em sua práxis esse desafio. Implica em transformações graduais e fundamentais das concepções e condições de vida, defendidas e geridas pelos atores da Economia Solidária, a partir de “dentro ou das margens do sistema capitalista” (SANTOS & RODRIGUEZ, 2002, p.72), sem a garantia de substituí-lo, porém, com a insistente e permanente resistência, contestação e enfrentamento.

A Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária emerge na realidade brasileira a partir da década de 80, e se intensifica na década de 90, período marcado pela expansão do projeto neoliberal, bem como pela crise no mundo do trabalho, expressa pelos altos índices de desemprego, aumento da informalidade, flexibilização das relações e das condições laborais, desregulamentação dos direitos trabalhistas e pela feminização do trabalho.

As diferentes iniciativas foram construídas por diversos sujeitos coletivos.

Elencamos alguns desses protagonistas sem o intuito de caracterizar uma escala cronológica ou de importância política e histórica:

■ *Entidades de cunho religioso* – com destaque para a Cáritas Brasileira, que criou os Projetos Alternativos Comunitários com o intuito de otimizar uma intervenção não assistencialista, iniciando um trabalho de assessoria, apoio e capacitação para iniciativas de produção, comercialização, cooperativas, centros comunitários, tendo como base a educação popular. É uma instituição atuante desde 1956, porém os projetos alternativos surgiram em 1981. Nessa mesma perspectiva, evidenciamos a Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE) e o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS).

■ *Iniciativas de Organizações Não Governamentais (ONGs)* – por exemplo, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), organizações de caráter civil que, na década de 90, demonstraram expressiva atuação no monitoramento de políticas públicas e nas discussões que envolvem gênero, dimensão étnica, poder local e Economia Solidária. Destacamos também o Fundo de Miniprojetos, um programa criado por várias ONGs em 1992, com o objetivo de financiar iniciativas solidárias de pequenos grupos populares, caracterizando-se como uma importante iniciativa de micro crédito.

■ *Iniciativas sindicais* – com evidência para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que criou o Programa Integrar, visando à formação e requalificação dos/as trabalhadores/as empregados/as e sem emprego; e também para a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que tem atuado no fomento e assessoria de geração de trabalho autogestionário, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

■ *Iniciativas de Movimentos Sociais* – com ênfase ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem sido referência pela vivência da cooperação, organizando diferentes tipos de cooperativas para viabilizar economicamente os assentamentos, com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, da Escola de Formação de Técnicos em Cooperativismo e da Confederação das Cooperativas para a Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

■ *Ligas de empreendimentos* – como a Associação Nacional

de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), que congrega associações e cooperativas de trabalhadores/as em empresas de autogestão e co-gestão.

■ *Iniciativas de universidades em redes* – como as da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), que é resultante de uma série de discussões desenvolvidas pelas universidades em parceria com os sindicatos, na perspectiva de responder às inúmeras demandas da sociedade civil e, principalmente, pelos representantes dos/as trabalhadores/as, frente às transformações no mundo do trabalho. Da mesma forma, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, projeto de extensão de várias universidades brasileiras, que objetiva disponibilizar tecnologia social para a formação e desenvolvimento de cooperativas populares, estimulando a produção e socialização dos conhecimentos.

Na última década, novos atores passaram a fazer parte deste cenário: a) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado durante a realização do I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, em agosto de 2003, em função do acúmulo de discussões e decisões tomadas durante todo o processo que precedeu a III Plenária Nacional de Economia Solidária. O FBES tem sua base de sustentação nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, representa o próprio movimento nacional de Economia Solidária e consiste na articulação entre três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos; b) alguns governos municipais, estaduais e federal. Em nível federal, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) construiu uma nova dinâmica. Uma das ações desenvolvidas pela SENAES, em parceria com o FBES foi o mapeamento que deu origem ao *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (2006), a partir do qual se constituiu o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), um banco de dados, eletrônico, iniciativa pioneira na identificação de organizações coletivas de trabalho.

Figura 1 - Atores da Economia Solidária no Brasil



Fonte: MTE/SENAES, 2006, p.13.

A Economia Solidária estrutura-se em quatro blocos de atores: os EES, as EAFs, as Ligas ou uniões e as instâncias governamentais, todas fazendo parte do FBES.

Os EES são atores por excelência e compreendem as organizações:

a) coletivas, organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc.

b) cujos participantes ou sócios/as são trabalhadores/as dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

c) permanentes, incluindo os EES que estão funcionando e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e

e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (MTE/SENAES, 2006).

De acordo com os resultados do mapeamento, foram identificados 14.954 EES, distribuídos em 2.274 municípios, o que corresponde a 41% dos municípios do Brasil. A maioria destes EES teve seu início na década de 90, com gradativa expansão no século atual. O número de associados é de 1 milhão e 250 mil trabalhadores/as, dos quais 64% são homens e 36% são mulheres (MTE/SENAES, 2006).

Quanto à sua localização, 50% dos EES estão exclusivamente na área rural, 33% na área urbana e 17% atuam tanto na área urbana quanto na rural (MTE/SENAES, 2006, p.34).

O quadro que segue indica os motivos da criação de EES.

Quadro 1 - Motivos para criação de EES

Motivo	Percentual
Uma alternativa ao desemprego	45%
Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	44%
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	41%
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	31%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	29%
Alternativa organizativa e de qualificação	4%
Motivação social, filantrópica e religiosa	3%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	2%
Recuperação de empresa privada que faliu	1%
Outros	7%

Fonte: MTE/SENAES, 2006, p.26.

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam num extenso e variado rol de produtos e serviços, cujo valor mensal total e percentual é mostrado no quadro 2.

Quadro 2 - Produtos e Serviços e Valor mensal dos Produtos da Economia Solidária

Produtos Agrupados por Tipo de Atividade	Valor mensal total	% valor mensal
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	227.185.791,54	46,2%
Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas	98.227.398,19	20,0%
Serviços Relativos a Créditos e Finanças	82.055.700,75	16,7%
Produção Industrial (diversos)	29.404.555,00	6,0%
Prestação de Serviços (diversos)	20.319.691,22	4,1%
Produção de Artefatos Artesanais	13.624.943,08	2,8%
Produção Têxtil e Confecções	9.307.757,59	1,9%
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	4.430.797,12	0,9%
Produção Mineral (diversa)	1.977.436,33	0,4%
Produção de Fitoterápicos, limpeza e Higiene	935.211,00	0,2%
Produção e Serviços diversos	3.981.755,18	0,8%
TOTAL	491.451.037,00	100,0%

*Do total de EES, 31% não declararam o Valor da Produção.

Fonte: MTE/SENAES, 2006, p. 36.

Quanto à remuneração dos sócios, 59,3% dos EES informaram sobre esse item e desse total: 50% apresentam remuneração com valor de até meio salário mínimo⁴; 26,1% de meio a 1 salário mínimo e 15% de 1 a 2 salários mínimos. Essas informações devem ser compreendidas à luz das motivações que deram origem aos EES, as quais para muitos, estão na possibilidade de complementação da renda dos/as associados/as (MTE/SENAES, 2006, p.43).

Quanto aos **resultados financeiros**, 38% dos EES conseguem sobras em suas atividades econômicas; 33% não obtêm sobras, mas conseguem pagar suas despesas; 16% dos EES são deficitários, isto é, não obtiveram faturamento suficiente para pagar suas despesas;

⁴ O salário mínimo na data da publicação do Atlas da Economia Solidária no Brasil era de R\$ 350,00 o que correspondia a US\$ 155,00.

13 % não informaram ou não estão organizados com vistas à obtenção de resultados (MTE/SENAES, 2006, p.41).

Ainda neste aspecto, a mesma fonte informa que foram identificadas 134 empresas recuperadas, com o total de 11.348 trabalhadores/as ocupados. Um aspecto “que demonstra a pujança desse setor para a Economia Solidária diz respeito ao salário médio destes/as trabalhadores/as, que alcança a cifra de R\$766,00, praticamente o dobro do valor verificado no conjunto da Economia Solidária” (SCHIOCHET, 2006).

As informações do *Atlas* demonstram que a Economia Solidária não é uma panacéia ou uma condição certa de obtenção de altos ganhos; ela é, tão-somente uma alternativa para se gerar trabalho e renda que requer articulação com outras políticas públicas, recursos nos orçamentos públicos, controle social e, principalmente, a redefinição do modelo de desenvolvimento vigente.

A Cáritas/RS (2002) adverte que se faz necessário evitar o perigo da absolutização deste instrumento, como se fosse uma solução mágica para enfrentamento dos problemas que acometem o povo. Na verdade, é um instrumento com suas fragilidades e potencialidades. Os seus resultados dependem de um conjunto de meios alternativos que, se colocados em consecução, podem viabilizar a consolidação deste novo modo de fazer economia.

Avaliações realizadas pela Cáritas Brasileira, em algumas regiões onde atua, constataram que a Economia Solidária ‘ameniza, mas está longe de reverter a miséria’, pois esta é uma questão assaz complexa. A Economia Solidária é base, em pequena escala, para ações propositivas de maior alcance, e constitui-se em forma de inclusão social.

Entretanto, podemos afirmar que os/as trabalhadores/as são os principais protagonistas desse processo, e, com sua ousadia, coragem e determinação, constroem o que na lógica do mercado parece impossível. Com uma compreensão maior ou menor do processo, eles/elas assumem o desafio de concretizar esse novo modo de economia, enfrentando as dificuldades que vão se colocando, superando limitações e buscando saídas viáveis para a continuidade de seus empreendimentos, na perspectiva da Economia Solidária (PEDRINI, 2000).

A Economia Solidária como política pública

Setores da sociedade brasileira, mormente as EAFs e parte dos EES, deram início a uma intensa mobilização para sedimentar a Economia Solidária como política pública no Brasil. A articulação ocorreu através de grupos de trabalhos e processos comunicativos nos fóruns e redes regionais e nacionais, culminando com três Plenárias Nacionais, realizadas nos anos de 2001 a 2003, as quais garantiram uma unidade de propostas e a possibilidade de propor e negociar com o governo federal eleito em 2002 a criação de um órgão governamental nacional de fomento à Economia Solidária. Assim, a partir de junho de 2003, o governo federal constituiu a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A SENAES (2003, p.4) assumiu o desafio de “fortalecer as experiências de autogestão como resposta ao desemprego, intensificando as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação popular”

Vale ressaltar que, em anos anteriores, houve iniciativas governamentais em alguns municípios⁵ e estados⁶ da Federação, os quais criaram secretarias ou departamentos de fomento à Economia Solidária. Essa atuação foi construindo patamares para se pensar a Economia Solidária como política pública de trabalho, estabeleceu direcionamentos de como a máquina administrativa estatal e os governos poderiam assumir esta nova perspectiva de trabalho, contribuindo ainda para a capacitação de trabalhadores/as públicos, tanto nas ações práticas, quanto nos processos formativos, para atuarem com a Economia Solidária. Foi constituída uma Rede de Gestores em Economia Solidária que, junto com as EAFs e os EES, estabeleceu as condições objetivas para a criação e funcionamento da SENAES.

⁵ Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul/RS; São Paulo/SP; Em SC: Blumenau, Chapecó, Indaial, Gaspar; Recife/PE, Pintadas/BA; Brasília/DF; Belém/PA, quando tiveram governos de cunho popular, só para citar alguns. Após 2003, mais de 100 municípios engajaram-se em fazer da Economia Solidária uma política pública. Esta realidade é ainda tímida, se comparada às necessidades reais, entretanto, demonstra boas possibilidades de avanço com a reeleição do governo que criou a SENAES.

⁶ Inicialmente, apenas o Estado do Rio Grande do Sul. Após 2003: Acre, Piauí, Espírito Santo, Paraná e Mato Grosso do Sul, implementaram esta política pública.

Pensar a Economia Solidária como Política Pública é pensar em políticas permanentes, emancipatórias e de Estado, articuladas e integradas com as demais políticas, na perspectiva da integralidade, superando a fragmentação e sobreposição das ações.

No contexto brasileiro, com as disponibilidades legais existentes na Constituição Federal para a implementação de uma política pública, busca-se realizar dois mecanismos: as Conferências e os Conselhos Gestores, que podem estar nos três níveis de governo.

A 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária teve como tema “A Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento” e aconteceu em 2006⁷, precedida por conferências estaduais, do Distrito Federal, e algumas municipais. Foram seus principais objetivos:

Afirmar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento; propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; identificar o estado atual da Economia Solidária no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas desenvolvidas; propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social.

Outro passo significativo refere-se ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) criado oficialmente pelo decreto n°. 5.811 de 21/06/2006 e realizando sua primeira reunião em novembro desse ano, como espaço de gestão e controle social do Estado, tendo na sua composição, representantes da sociedade civil (EES e as EAFs) e do governo.

A criação do CNES constitui um avanço para a Economia Solidária, pois os conselhos são espaços públicos de poder, nos quais são defendidos interesses diversos e onde os diferentes sujeitos sociais podem pactuar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses pensados na relação com a coletividade, buscando construir compromissos públicos cidadãos. Há que se considerar que a participação e o controle social são estratégias fundamentais para a construção das políticas públicas, entretanto, apesar de os conselhos

⁷ A Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em Brasília, contando com mais de 3.000 participantes sendo 60% de representantes de EES e os demais 40% com membros de EAFs e representantes governamentais. Mais informações consultar www.fb.es.org.br

serem conquistas importantes da sociedade civil organizada, se eles não estiverem articulados com fóruns e processos mobilizatórios de lutas mais amplas, podem burocratizar-se, não alcançando as metas para as quais foram criados (PEDRINI, 2007). A regulação e o funcionamento do CNES estabelece um novo cenário, desencadeando novas e diferentes relações no interior do movimento de Economia Solidária, daí a significativa importância da definição dos papéis específicos do FBES e do CNES e a ação articulada entre estes atores.

Tudo o que foi exposto acima, confirma o crescimento da Economia Solidária no Brasil, bem como a importância de consolidar o processo de sua formulação e implementação, como política pública com foco no enfrentamento à pobreza e como estratégia de desenvolvimento solidário e sustentável. O protagonismo da sociedade civil, através dos/as trabalhadores/as, reunidos nos EES, das EAFs e alguns órgãos governamentais, demonstra a insatisfação com a precarização da vida da maioria das pessoas, defende a potencialização dos recursos técnicos, políticos, tecnológicos e humanos existentes, valoriza a participação popular e propõe a construção de consensos e mudanças no aparato administrativo, constitucional e jurídico para que este se torne comprometido com a maioria da população e com a democratização do Estado.

Afirmar a Economia Solidária como uma política pública no enfrentamento à pobreza, significa repensar a ordem social, o modelo econômico e político hegemônico, bem como efetivamente caminhar em defesa da sustentabilidade e de uma outra concepção de desenvolvimento.

Pensar uma política pública de Economia Solidária remonta estruturar formas de redistribuir renda e riqueza produzida, e, conseqüentemente, impõe o questionamento do Estado e do projeto neoliberal hoje instalado. Discutir essas questões exige um posicionamento de quebra com o instituído, com os acordos (clientelistas, paternalistas, protecionistas) da maioria dos governos. Daí a premente necessidade de superar a lógica setorialista das políticas e conceber a Economia Solidária articulada com outras políticas, fortalecendo a participação da sociedade civil, o controle social e a construção de um Estado democraticamente ativo, a serviço da população.

As experiências têm demonstrado a potencialidade de politização e empoderamento das pessoas envolvidas em projetos coletivos

e solidários. Tem expressado a capacidade de mobilização e participação, de geração de trabalho e renda, de vivência da cooperação e solidariedade, de questionamento e recusa ao preconceito e discriminação de gênero, raça e etnia.

Tornar a Economia Solidária uma política pública, de Estado, permanente e emancipatória, é dar-lhe possibilidades de desenvolvimento, expansão e sustentabilidade.

A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento

O termo desenvolvimento – ao ser pensado no senso comum – é facilmente relacionado à dimensão econômica e limitado à circunferência mercadológica.

Essa concepção de desenvolvimento, reforçada pelo capitalismo, além de ter um viés economicista, tem se mostrado extremamente excludente, depredadora e hierarquizada (concebida em agências tecnocráticas nacionais e internacionais). As inúmeras crises ambientais, econômicas e sociais têm colocado em cheque esse enfoque.

Além do equívoco de supervalorizar a dimensão econômica, as diversas tentativas de garantir o desenvolvimento dos países de terceiro mundo suprimiram a importância de considerar as diferenças de cada realidade, aplicando um modelo, uma cartilha de desenvolvimento na lógica da imitação dos países ricos. Com isso, “as políticas desenvolvimentistas arrancaram, em poucas décadas, populações inteiras da sua economia de subsistência tradicional, mas não as integraram plenamente (ou seja, não as transformaram em cidadãos)” (LISBOA, 1996, p.15).

Vários têm sido os debates acerca de um desenvolvimento em bases sustentáveis, que tem recebido diferentes denominações: desenvolvimento alternativo, endógeno, sustentável, cultural, político, regional, local. Nessas diferentes perspectivas, a Economia Solidária caracteriza-se como um vetor de distribuição da renda socialmente produzida e de geração de trabalho autogestionário. Como afirma Lisboa,

a Economia Solidária está cada vez mais solidamente ancorada em dinâmicas locais/regionais de desenvolvimento, ela se fortalece como um dos atores que constroem, em médio prazo,

uma verdadeira política nacional de enfrentamento da pobreza, amparada numa sólida opção por um modelo de desenvolvimento endógeno (2000, p.60).

As iniciativas solidárias incorporam, ainda, os debates de gênero e da questão ambiental, tendo presente que, para se obter sustentabilidade, equidade e justiça social, é necessário conceber a realidade a partir de uma perspectiva multidimensional. Neste sentido destacamos os esforços dos organismos que desenvolvem cadeias produtivas com prudência ecológica, redes de articulação política, estímulo ao consumo solidário e ao comércio justo. Cabe também destacar a articulação da SENAES com as políticas de segurança alimentar, agricultura familiar e reforma agrária, qualificação de jovens e adultos, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento territorial, saúde mental, entre outras.

Desta forma, torna-se fundamental compreendermos que o modelo de desenvolvimento proposto pela perspectiva da Economia Solidária tem como valor central a soberania nacional, a primazia do trabalho sobre o capital, as tecnologias de não aprofundamento do desemprego e não poluição da natureza, a valorização do aspecto distributivo e incluyente da maioria da população, com sustentabilidade multidimensional, justiça social, cidadania e respeito à diversidade cultural.

Para tanto é condição *sine qua non* a redemocratização do Estado, a definição e priorização de orçamento para a Economia Solidária e a articulação dessa com as políticas de habitação, saúde, educação, cultura, crédito, visando à superação das desigualdades regionais, o empoderamento das diferentes regiões do país, através da busca de sua autonomia, da apropriação e usufruto do excedente gerado na perspectiva da diversificação da base econômica, identificando novos nichos e características endógenas de cada território.

Os processos de inclusão social estão condicionados a uma sistemática repartição da riqueza produzida e, conseqüentemente, ao incremento do processo de participação dos sujeitos com ênfase no desenvolvimento do sentimento de pertença, na identidade da população com o seu território. Nesse sentido, são fundamentais a mobilização, o posicionamento e a conscientização dos sujeitos quanto ao controle social, à preservação ambiental, à participação e ao exercício da cidadania ativa.

Essa concepção de desenvolvimento requer instâncias gover-

namentais comprometidas com a coletividade, que possibilitem linhas de crédito, políticas tecnológicas, fiscais, discussão do orçamento público, democratização do processo decisório, regulamentação e fiscalização das reservas ambientais, enfim é preciso

um controle maior do Estado pela sociedade, como que respondendo a toda uma campanha neoliberal de redução e enfraquecimento deste Estado. Não se trata de reduzir o tamanho do Estado, mas de transformá-lo, democratizá-lo, torná-lo um ente coletivo, a serviço da comunidade e não de grupos privados, como tem sido até hoje. Para isto, é importante a mobilização da sociedade (TEIXEIRA, 1993, p.58).

Na interlocução entre sociedade civil e Estado, Bocayuva (1997), propõe quatro anéis que, em intersecção, operam o fomento do desenvolvimento sustentável: o primeiro refere-se ao processo de globalização, no sentido de garantir estratégias de ajustes nacionais diante do mercado internacional; o segundo aponta para a garantia das parcerias entre empresas nos modelos de complexos cooperativos ou *clusters*, enaltecendo as vocações regionais; o terceiro indica a implementação de políticas direcionadas à Economia Solidária; e o quarto defende que o setor público (comunicação, infra-estrutura, tecnologia, orçamento) assuma a perspectiva do desenvolvimento sustentável, a partir da integração entre os demais anéis.

Essa análise reforça a valorização do processo de endogenização, haja vista que as regiões não reagem da mesma forma a políticas ou propostas de desenvolvimento. É preciso mobilizar o potencial endógeno de cada território: as riquezas disponíveis; as bases institucionais de apoio político, tecnológico, de crédito e de qualificação; as demandas da população; a cooperação existente entre agentes locais; as inovações; a vocação da região; e, principalmente, os atores sociais.

O mesmo autor sinaliza a importância de os atores sociais identificarem os diferentes capitais presentes em todas as regiões, partindo do princípio que cada território possui um estoque de recursos naturais, que denomina capital natural. Os outros capitais – econômico, cognitivo, cultural, institucional, social, humano, – devem ser identificados, aprimorados, valorizados, incentivados.

■ Capital econômico é entendido como o estoque de recursos financeiros externos à região, mediante possíveis negociações a partir de suas potencialidades.

- Capital cognitivo é o conhecimento científico e técnico disponíveis, através do diagnóstico da região, no que tange à geografia, ciclos tecnológicos, possibilidades endógenas.

- Capital cultural está no acervo de tradições, costumes, rituais, valores, colonização da comunidade do território.

- Capital institucional expressa-se na identificação da rede de instituições da região e de sua caracterização: capacidade de tomada de decisão, processo de gestão, flexibilidade, relacionamento inter-institucional.

- Capital social refere-se ao desenvolvimento da capacidade de confiança dos sujeitos entre si.

- Capital humano ou psicossocial traduz-se nos sentimentos, emoções, memórias, estereótipos, opiniões, enfim, na relação entre pensamento e ação, permeada pelas representações sociais dos sujeitos (BOISIER, 1999).

O desenvolvimento e conseqüente empoderamento da região se concretizam por meio da sinergia entre esses capitais, com ênfase na ação da sociedade civil e do Estado.

Outros autores, a exemplo de Magalhães (2000) e Coraggio (2000), denominam esse processo de círculo virtuoso, porque nele todas as potencialidades da região se fortalecem mutuamente, garantindo o manejo adequado dos recursos naturais, o respeito e a valorização das raízes culturais e históricas e a identificação das capacidades econômica e social.

Dificuldades e dilemas da Economia Solidária

De acordo com o *Atlas da Economia Solidária* (MTE/SENAES, 2006, p. 41), os EES apontam que suas maiores dificuldades são: comercialização de seus produtos (61%), o acesso ao crédito (49%) e a falta de acompanhamento, apoio e assistência técnica (27%). A comercialização dos produtos tem como entraves a falta de um padrão de qualidade e a irregularidade da produção em escala, impactando a relação custo/benefício. Os empreendimentos solidários não alcançaram ainda um nível de articulação de sua produção a ponto de conseguirem organizar o escoamento conjunto de todos os seus produtos. Diante

disso, muitos acabam restritos aos limites territoriais de seu município ou região.

Em decorrência dessas dificuldades, os empreendimentos solidários, na maioria das vezes, não têm capital de giro, até por serem constituídos por trabalhadores/as que estavam desempregados, em risco de perder o emprego ou em subempregos. A capacidade de investimentos destes/as trabalhadores/as limita-se à sua força de trabalho.

Paralelo a isso, não temos no Brasil uma legislação adequada para esses empreendimentos, o que torna impossível o seu acesso a processos licitatórios de compras governamentais e a sua inserção nos mercados. Outro desafio refere-se à constituição de “cooperativas de fachadas” ou Coopergatos, estruturas montadas por firmas capitalistas que visam à flexibilização dos direitos trabalhistas, mediante redução de custos provenientes do não pagamento das contribuições e encargos trabalhistas.

Sabemos que além destes, muitos outros gargalos atingem os EES limitando sua expansão e fortalecimento. Além da escassez de recursos para o seu financiamento, não há tecnologia e conhecimento sendo produzidos e disponibilizados de acordo com as necessidades e urgências da Economia Solidária. O pouco acesso dos/as trabalhadores/as à escolarização interfere também na compreensão de todos os elementos que constituem a gestão de um empreendimento (administrativos, contábeis, jurídicos, econômicos, políticos). Mesmo tendo acesso a cursos técnicos e retornando aos bancos escolares, o aprendizado é processual e não acompanha as exigências e o ritmo do mercado.

Essas são algumas das dificuldades e dilemas presentes no cotidiano da Economia Solidária, fragilizando muitas vezes o movimento e rebatendo nos processos e em todas as dimensões da vida dos/as trabalhadores/as. O enfrentamento desses desafios traz também possibilidades, conquistas e avanços. A luta histórica dos/as trabalhadores/as se renova, reafirmando a busca por emancipação, democracia e cidadania no enfrentamento da exclusão social e da pobreza.

Possibilidades da Economia Solidária

No decorrer do artigo, já acenamos para várias alternativas que potencializam e possibilitam caminhos mais favorecedores a este

‘novo circuito virtuoso de fazer economia’. Neste momento reafirmamos apenas três aspectos: as redes, as feiras e os fundos solidários.

a) Articulação em rede e em cadeias produtivas

Pelas redes, propõe-se que seus componentes circulem horizontalmente intercâmbios, fluxos de ajuda, trocas materiais e de saberes e demais modos para responderem a seus desafios e necessidades, com responsabilidade mútua, na qual todos/as procuram agir democraticamente para fortalecimento recíproco.

O processo de construção de redes, especialmente as de caráter permanente, é gradativo, meticuloso e complexo – é um trabalho a muitas mãos que implica a gestação de identidade coletiva, pelo reconhecimento mútuo, sentido de pertencimento e desenvolvimento de vínculos. Construir uma rede presencial, comunicativa, propositiva e atuante demanda muito investimento de tempo, para a comunicação, persuasão, crédito no projeto, entre outras qualidades de todos/as que estão envolvidos (OLIVEIRA & PEDRINI, 2004).

A articulação em rede é o diferencial, e várias dimensões se cruzam nas trocas realizadas: a perspectiva econômica parece prioritária, entretanto, as relações de poder logo entram em jogo, em vista do projeto político, a luta por políticas públicas e mudanças no modelo de desenvolvimento, e a dimensão cultural complementa, cria laços, sedimenta.

Ressalte-se o lugar de destaque que o debate acerca da Economia Solidária recebeu a partir do segundo Fórum Social Mundial, a envolvente e plural rede internacional da sociedade civil organizada, que ocorreu em janeiro de 2002, sendo definida como um dos eixos temáticos. As experiências solidárias têm significado efetivamente um caminho para a construção de um “outro mundo”, pautado no respeito à diversidade, na prudência ecológica, na satisfação das necessidades, no compromisso com as gerações futuras e, principalmente, com o fortalecimento da cidadania, a equidade e a participação popular.

b) Estratégias de Comercialização – Feiras

Outras possibilidades da Economia Solidária são as variadas formas de comercialização que estão sendo colocadas em ação, como a comercialização direta, articulando produtores e consumidores/as, as feiras, as centrais de comercialização, as compras coletivas, entre outras. Ressaltemos as feiras que

são concebidas como uma importante estratégia de comercialização. Consistem em espaços para trocas solidárias, venda direta e rodadas de negócios. Também se constituem em espaços de trocas simbólicas, mediante atividades culturais, [...] formação e qualificação e campanhas de estímulo ao consumo ético, justo e solidário (MENDONÇA & SILVA, 2006, p.44).

Atualmente contamos no Brasil com um Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, iniciado em 2005, como parte do plano de ação da SENAES e definida enquanto uma política prioritária finalística que visa à promoção do comércio ético e solidário e do consumo responsável. Busca ainda ampliar a produção, a comercialização e o faturamento dos EES e a renda média dos/as trabalhadores/as. Em 2005 realizaram-se 18 feiras estaduais e em 2006, foram 26, incluído o DF, além de uma feira do Mercosul. Algumas feiras criam a 'moeda social' para trocas restritas ao seu âmbito (MENDONÇA E SILVA, 2006).

No Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria, a Feira de Economia Solidária é realizada há 13 anos e já atinge os países do Mercosul. A seu exemplo, atualmente as feiras estão se disseminando por toda parte. As feiras são espaços estratégicos para a consolidação das redes de Economia Solidária.

c) Fundos Solidários

Os Fundos Solidários são concretizados em diferentes formas: fundos comunitários, rotativos, de solidariedade, com financiamento público ou da cooperação internacional. Existentes no Brasil desde a década de 80, são mobilizadores de práticas de solidariedade entre as comunidades. É de conhecimento público que os setores populares não tem acesso ao sistema financeiro privado ou estatal. Por isso importa que os fundos solidários sejam valorizados e fortalecidos.

O acesso a recursos financeiros garante a universalização dos direitos da população empobrecida. A meta é que uma política de fundos com aportes financeiros faça parte de um novo desenho de desenvolvimento nacional, construindo um sistema de finanças solidárias.

Uma avaliação destes 25 anos de rica experiência afirma que os fundos solidários têm a capacidade de chegar a um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte desta população (MTE/SENAES & BNB,

2006). A respeito de sua experiência com Fundos Solidários Rotativos, assim se expressa a CÁRITAS/RS (2002, p.44) “os fundos são mais uma ferramenta dentro de nossa luta maior por mudanças estruturais na organização de nossa sociedade. É uma experiência de autogestão financeira que está dando certo, graças à co-responsabilidade dos grupos envolvidos no processo”.

Hoje o Movimento de Economia Solidária mobiliza-se ‘Por um Programa Nacional de Fundos Solidários’, que seja inserido na concepção de política pública de Economia Solidária. As fontes dos recursos seriam o Estado, empresas e bancos públicos, fundações, autarquias e, ainda, entidades privadas. Seriam recursos não retornáveis, com gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, repassados para o fomento de Fundos Rotativos Solidários destinados a famílias excluídas, EES, projetos de infra-estrutura e organização comunitária, atividades de comercialização solidária, etc.

Considerações finais

A Economia Solidária brasileira cresceu significativamente na última década, ganhou densidade, apoiadores, militantes e reivindicou políticas. Tem se fortalecido como uma rica experiência de enfrentamento à pobreza e um dos vetores de um desenvolvimento sustentável e solidário.

Esse modelo de desenvolvimento é condicionado à distribuição da riqueza produzida, à participação dos/as trabalhadores/as nos processos decisórios, a um gerenciamento dos recursos naturais com vistas à garantia de vida das gerações futuras, à valorização das dimensões política, cultural, histórica, enfim à percepção da centralidade da vida humana diante dos arranjos econômicos, sociais e políticos que intensificam os processos de exploração, miséria e precarização das condições de vida e de trabalho.

Apresentamos a trajetória da Economia Solidária no Brasil, enfatizando o percurso e as lutas para a sua efetivação como política pública, articulada e integrada às demais políticas, evidenciando a necessidade de orçamento público, de questionamento e recusa da financeirização da economia sob a égide neoliberal.

Visualizamos os limites, desafios, conquistas e possibilida-

des da Economia Solidária, percebendo-a como um mosaico de resistência e contraposição, uma trama viva formada por diferentes redes, sujeitos, atores sociais, que é tecida diariamente com base na transformação, na mudança, na transgressão e principalmente na oposição à concentração de renda, à desigualdade social, à exploração, à exclusão social, à pobreza, enfim aos reflexos do modelo de desenvolvimento vigente.

Para finalizar, acrescentamos, que a Economia Solidária no Brasil, mesmo ainda não atingindo número tão expressivo quanto se desejaria e seria necessário, em face da multidão de pessoas que buscam um trabalho digno, é uma experiência social que pode fermentar novas formas de vida, a partir dos setores excluídos/as do mercado capitalista. É uma experiência que desencadeia uma nova cultura de solidariedade e uma nova ética, com um efeito multiplicador e de esperança de que uma nova ordem mundial é possível.

THE SOLIDARY ECONOMY AS DEVELOPMENT STRATEGY

ABSTRACT: The article shows the Solidary Economy as an answer to the crisis of the world of the work, as well as a positioning of the workers and organized civil society in opposition to the reflexes brought by the flexible accumulation. It is formed by different social agents that integrate a proposal mediated by cooperation values, self-management, economical viability and solidarity. We have discussed the Solidary Economy as a vector of solidary development and as a strategy to combat the poorness. In this approach we have evaluated the Solidary Economy as a strategy of the empowerment of the agents of the civil society and it is constituted by democratic processes and participation, committed with the social emancipation. The study introduces the actors, the possibilities, the limits and the challenges of this rich experience.

KEY WORDS: Solidary Economy, Alternative Development.

Referências

BOCAYUVA, Pedro C. C. Desenvolvimento sustentável e estratégia solidária. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.75, dez.fev. 1997.

BOISIER, Sergio. **El Desarrollo territorial a partir de la Construccion de Capital Sinergetico**. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.4, n.1, p. 61-78, jan.abr. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006**. *Diário Oficial da União – DOU*, Brasília, 22 de jun. 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA/RS. **Construindo uma Economia Popular Solidária no RS**.

Caderno de Formação n. 1. 3. ed. Porto Alegre, 2002.

CORAGGIO, José L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. www.fb.es.org.br, acessado em 10 de fevereiro de 2007.

LISBOA, Armando de M. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.161, p. 11-21, 1996.

LISBOA, Armando de M. Os desafios da Economia Popular Solidária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.189, p. 51-67, 2000.

MAGALHÃES, Reginaldo S. **A nova economia do desenvolvimento local**. 2000. Não publicado.

MENDONÇA, Antonio A. P.; SILVA, Shirlei A. A. Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária. **Revista de Economia Solidária**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.37-38, jun. 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO e EMPREGO (MTE/SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SENAES. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SENAES; BANCO DO NORDESTE (BNB). *Por um Programa Nacional de Fundos Solidários*. Brasília, 2006. Não publicado.

OLIVEIRA, Adriana L.; PEDRINI, Dalila M. Muitas mãos tecendo juntas: a rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí. In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (org). **Ação Comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.115-131.

PEDRINI, Dalila M. Associativismo econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital, ou mais que isto? In: THEIS, Ivo; MATTEDI, Marcos A. (orgs). **Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. Blumenau: Edifurb, 2000. p. 83-105.

PEDRINI, Dalila M. Investigar para quê? In: PEDRINI, Dalila; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini. (orgs) **O controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios**. São Paulo: Paulus e EDUCAT, 2007. No prelo.

SANTOS, Boaventura de S.; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, Valmor. Empresas recuperadas no Brasil: um retrato a partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Revista de Economia Solidária**, São Paulo, v.2, n.1, jun. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo C. A emergência da sociedade civil no poder local. **Caderno CEAS**, Salvador, n.144, 1993.